AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

SC17375– 13/13/22/10

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima nona Sessão Ordinária
10 – 15 de Julho de 2016
Kigali, Ruanda

EX.CL/982(XXIX)
Original: Inglês

RESULTADO DO RETIRO DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADO EM NAIROBI, QUÉNIA, DE 6 A 7 DE MAIO DE 2016

Não se pode continuar a escravizar um espírito que conhece a si próprio,se autovaloriza, entende a si mesmo - Wangari Maathai

DOCUMENTO FINAL DO 4º RETIRO MINISTERIAL DO CONSELHO EXECUTIVO
Nairobi, Quénia. 5-7 de Maio de 2016

Introdução

1. O Primeiro Retiro Ministerial do Conselho Executivo concordou de que o sonho de uma África integrada, pacífica e próspera só é alcançável se construirmos esse futuro com base em acções tomadas agora.

2. Retiros subsequentes do Conselho Executivo (realizados em Joanesburgo em Junho de 2015 e em Mekele, em Janeiro de 2016) passaram em revista os progressos sobre a implementação da Agenda 2063,focando nas intervenções estratégicas necessárias para a aceleração da transformação ao nível continental, regional e nacional. Os retiros monitoram as tendências, ameaças e as oportunidades no continente e no mundo, a implementação dos projectos emblemáticos e prioridades da Agenda 2063, aborda questões institucionais tais como a incorporação das Actividades da UA, o projecto de reestruturação, o financiamento da União, e questões de inclusão que possam ter sido negligenciadas, nomeadamente o caso da Conservação da Vida Selvagem e do Turismo.

3. O 4º Retiro Ministerial do Conselho Executivo teve lugar em Nairobi, Quénia, de 5 a 7 de Maio de 2016, com representação ao nível ministerial e de vice-ministros de Argélia, Angola, Benim, Botswana, Burundi, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Congo, Djibouti, Guiné Equatorial, Egipto, Etiópia, Eritreia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné Conacri, Quénia, Lesoto, Libéria, Líbia, Maurícias, Malawi, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Níger, Ruanda, Senegal, Seichelles, Sierra Leone, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbabwe, e com outros níveis de representação de Benim, Burkina Faso, Eritreia, República Saharaui, Tunísia e Uganda.

Estiveram igualmente presentes os Secretários Executivos da COMESA, IGAD e SADC, com as representações de EAC, CEEAC e CEDEAO. A Comissão Económicas das NU para a África fez-se representar pelo seu Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto; esteve igualmente presente, o Secretário Executivo da Fundação Africana de Capacitação e o Banco Africano de Desenvolvimento através do seu representante regional para a África Oriental.

4. O Retiro de Nairobi foi organizado com o objectivo de permitir *discussões aprofundadas sobre o paradoxo da rica África, africanos pobres, relativamente à mudança de pensamento e outras questões pertinentes*. Entretanto, a Agenda do Retiro centrou-se no Paradoxo Africano, na Agenda 2063 e no Índice de Integração Africana. Uma reunião do 2º Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar teve lugar à margem do Retiro, presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, tendo apresentado um relatório ao Retiro.

O Paradoxo Africano: As Aspirações dos nossos Povos devem nos Orientar

5. O Retiro de Nairobi reconheceu que o Paradoxo Africano, sendo uma inconsistência sistémica entre um continente com uma população jovem, em crescimento e crescente urbanização, rico em recursos naturais e com terras produtivas, e ainda com países cujos territórios figuram entre os menos desenvolvidos do mundo, e com populações das mais pobres. As riquezas do continente incluem recursos renováveis (água, florestas, oceanos, fauna, flora e ecossistemas diversos) e recursos não-renováveis (mineiros, gás, carvão e petróleo); que deviam ser aproveitados para a edificação da prosperidade compartilhada e sustentável a favor das gerações actuais e futuras de Africanos.

6. O paradoxo de hoje assenta na subjugação e exploração histórica de África pelos seus recursos humanos e naturais, através do comércio transatlântico de escravos e o colonialismo. No período pós-independência, esta relação entre a África e o mundo desenvolvido é mantida através de uma rede complexa e sofisticada de receitas de políticas; um sistema de comércio global prejudicial, o poder político e económico; e o relacionamento com as antigas colónias que garante um fluxo seguro de matérias-primas e de capitais, incluindo capital humano qualificado e um continente fragmentado. Isto causou a fragmentação política e económica da África, e com as suas infra-estruturas, economias, serviços e competências orientados para a sua função primária como exportadora de matérias-primas e importadora de produtos acabados.

7. A visão pan-africana de uma África unida e integrada, de uma renascença Africana que vê o continente e seus povos a ocupar novamente o seu papel legítimo entre as maiores civilizações mundiais, constituiu no entanto, uma oposição directa, a antítese deste paradoxo. Isto, por conseguinte, continua a figurar como a pedra angular da nossa visão para o futuro, tal como estipulado na Agenda 2063, com miras numa África integrada, próspera, pacífica e centrada nas pessoas, e que desempenhe um papel dinâmico na arena mundial.

8. O Retiro passou em revista as manifestações contemporâneas do paradoxo Africano, registando o seguinte:

- Os esforços envidados pelo continente iniciados na década de 90, após o fim da Guerra fria e do Apartheid na Namíbia e África do Sul, para recuperar o controlo do seu destino trabalhando no sentido de pôr cobro a conflitos aparentemente difíceis, para redefinir o seu relacionamento com o mundo através da NEPAD; uma agenda reorientada no desenvolvimento social e económico depois da década de desenvolvimento de ajustamentos estruturais e eliminar os ciclos de ditaduras militares e de golpes de estado.

- A transformação da OUA em União Africana, assinalando um compromisso renovado do projecto pan-africano de reintegração, autodeterminação, solidariedade e autossuficiência.

- As manifestações da globalização na sua forma actual, incluindo a informação, a revolução tecnológica e da comunicação, a hegemonia do

capital financeiro, o crescimento da economia do conhecimento, as alterações climáticas e a descentralização da produção. Neste contexto, embora África representa os 15% da população mundial, ela representa apenas X % do PIB global.

- Os desenvolvimentos em África com o crescimento sustentável de 5% ao longo da década, os esforços destinados a expandir o acesso à educação, atacar a mortalidade materno-infantil, assim como o VIH, a Malária e a Tuberculose, abordar os atrasos em matéria de infra-estruturas e os seus centros urbanos em rápido crescimento.

- Os esforços redobrados de África visando alterar a trajectória do desenvolvimento social e económico. Que iniciou com o programa NEPAD, outros quadros sectoriais do continente adoptados pela UA, e que culminam com a Agenda 2063, como um programa de transformação de 50 anos.

9. O Retiro de Nairobi indicou que estávamos perante um período de desenvolvimento do continente, e salientou os indicadores económicos seguintes:

- Um crescimento contínuo de 5% ao longo da década, baixando para cerca de 3-4%, durante 2015/2016, como consequência do ciclo de contração das matérias-primas, e a seca em algumas regiões. Durante o período, África conseguiu manter pelo menos quatro países dentre as dez economias de maior crescimento do mundo. Também, a taxa de crescimento no continente continua abaixo do ponto de inversão de 7%, necessário para a transformação efectiva, tal como é o caso com o mais próximo comparador de África, a Índia.

- Uma classe média em crescimento, mas crescentes desigualdades com cinco países africanos figurando entre os mais desiguais do mundo, e somos a segunda região mais desigual depois da América Latina.

- África é o continente menos endividado do mundo, com um rácio da dívida media 37% em relação ao PIB que, durante a crise de matérias-primas aumentou apenas para um 2%.

- A trajectória de crescimento de África está avançando na direcção certa, com a indústria a contribuir com um crescimento de 18%, contra a agricultura, com um 16%, os transportes com 16% e os serviços com um aumento de 14%.

- As despesas em material de infra-estruturas avança na direcção certa, com um aumento das despesas públicas a níveis mais elevados do que as despesas gerais, e nos últimos três anos cresceu de 50 mil milhões de USD para 90 mil milhões de USD por ano.

- As poupanças internas mantêm-se baixas, e aliás, está a diminuir, cifrando-se actualmente em 22% contra as poupanças médias internas de 46% para

a África Oriental. África suporta uma das mais baixas pressões fiscais no mundo, com o nível tributário de 18%, contra o rácio de 35% da taxa média global. Isto é o resultado de sistemas e instituições tributárias ineficientes e fracas, a dependência excessiva na base de taxas aduaneiras e subavaliadas. São poucos os países que se dedicam ao tratamento dessas questões [1] e que constituem progressos registrados, que podem ser utilizados para daí retirarem-se lições.

- Por outro lado, há grandes oportunidades ao levarmos por diante a mobilização de recursos internos, mediante o reforço dos sistemas de tributação e de receitas públicas, invertendo fluxos financeiros ilícitos, as reservas de investimentos estrangeiros mantidas no continente ou a melhores tarifas de receitas em outro lugar, a capitalização de transferências de dinheiro da diáspora, etc.

10. No que diz respeito à industrialização e diversificação económica, no contexto de recursos naturais de África, foram ressalvadas as seguintes questões:

- Os abundantes recursos naturais de África não são uma maldição; pois os mesmos pedem ser utilizados para impulsionar a industrialização, a diversificação económica, a prosperidade partilhada e o desenvolvimento social.

- Tendo em consideração o facto de o nosso continente depender de exportações de matérias-primas ou de matérias-primas minimamente processadas, ciclos de produtos de base com fortes e graves efeitos sobre o desenvolvimento africano.

- Ao longo da última década, iniciativas inovadoras tomadas aos níveis nacional e regional para o reforço de capacidades em matéria de política industrial e implementação, destruídas durante a era dos ajustamentos estruturais, a um ritmo lento, mas com lições importantes.

- O actual enfoque na industrialização acontece no contexto das cadeias de valores regionais globais em constante mudança; o mesmo nos proporciona desafios singulares assim como oportunidades.

- A Visão Mineira Africana e a criação do Centro Africano de Desenvolvimento de Minerais, nos proporciona um quadro para que os países possam negociar por melhores termos e condições e contratos em relação aos seus recursos naturais; mas o continente continua a defrontar-se com a falta de capacidades e competências adequadas para uma monitoração e gestão eficazes deste sector. De notar que menos de 20 universidades oferecem cursos de engenharia mineira, e isto constitui uma das mais críticas qualificações requeridas para o enfoque na industrialização constante da Agenda 2063.

---

[1] Tunísia, Ruanda, África do Sul, Camarões e Côte d'Ivoire.

- Do mesmo modo, África tem hoje uma capacidade para o mapeamento dos seus recursos naturais, enquanto regista iniciativas tomadas por outros nomeadamente o Banco Mundial para formular o referido mapeamento, e o perigo que esse processo apresenta, prosseguindo sem a apropriação africana.

- Hoje, África, em média, agrega apenas valor a 15 % aos seus recursos naturais; Entretanto, é necessário redobrar os esforços em todo o continente para aumentá-lo para 30%, que poderá resultar na criação de mais 7 milhões de postos de trabalho.

11. O Retiro analisou igualmente o tipo de papel que os Africanos e seus líderes desempenham na perpetuação e reprodução do paradoxo, e registou os seguintes factores contribuintes:

- Instituições fracas, má governação e gestão, que debilitam as estratégias, coerência e implementação de políticas ao nível nacional e, implicitamente, aos níveis regional e continental.

- Corrupção e comportamentos de favoritismo político, que invoca negociações contractuais à porta-fechada, que não é do interesse nacional; a não utilização de receitas para o desenvolvimento dos nossos países.

- Lento progresso da integração, especialmente em relação às questões ligadas ao desenvolvimento de infra-estruturas, políticas de investimento e regulamentação, a criação de instituições financeiras continentais, que resultam em concorrências desleais e a incitação para negociações desgastantes e prejudica a produção e o comércio intra-africano.

- Baixa cultura de aprendizagem partindo das nossas próprias experiências, um do outro, no continente e das melhores práticas no mundo, e o bom senso e determinação estratégica para adaptarmos isso de modo a atender às nossas condições nacionais e regionais.

12. O Retiro, Entretanto:

a) Exorta para que as apresentações sobre o paradoxo africano sejam feitas para as diferentes audiências, de modo a envolver os nossos líderes continentais, os diferentes sectores e os cidadãos na resolução do paradoxo, na medida que implementamos a Agenda 2063.

b) Nós temos de assumir a responsabilidade pelas nossas condições, e a necessidade de procedermos à higienização de nós mesmos: a vontade e determinação políticas, a mudança de pensamento, a luta contra a corrupção e a impunidade; e agirmos com base nas nossas decisões.

c) Centrarmos na mobilização de recursos internos, incluindo a possibilidade de um aumento de 1% das taxas para a subida de receitas para infra-estruturas,

a educação, as competências e outras prioridades regionais e nacionais contidas na Agenda 2063; e outras iniciativas acima mencionadas.

d) Promover a Agenda de industrialização, aumentado a adição de valores para 30%, concluir a estratégia continental para os produtos primários, desenvolver as nossas indústrias com recurso ao 'proteccionismo inteligente' e retirar lições de experiências e de outros países.

Índice de Integração Africana

13. A integração tem estado no centro do projecto Pan-africano, ao longo das várias etapas do desenvolvimento africano. No contexto da missão da União Africana e da Agenda 2063, o progresso da monitorização e o prosseguimento de intervenções estratégicas são, entanto, indispensáveis. O compromisso em relação à integração que acontece no contexto do Pan-africanismo, deve ser traduzido em indicadores palpáveis de modo a permitir a monitorização de progressos e servir de guia para a acção. Entretanto, o desenvolvimento do índice visa a provisão de um painel sobre os principais pilares do projecto de integração Africana.

14. O Retiro de Nairobi destacou que o Índice da Integração Africana é um projecto conjunto entre as três instituições continentais, a Comissão da UA, a Comissão Económica das Nações Unidas para a África e o Banco Africano de Desenvolvimento, visando providenciar um instrumento seguro, estruturado e sistemático para a medição da integração no continente.

15. O Índice faz uso das oito (8) Comunidades Económicas Regionais (CER) como as unidades de análise, comparando e classificando os países dentro de cada CER, com base em cinco dimensões, com 16 indicadores espalhados nos seguintes:

- Integração do Comércio
- Integração de Infra-estruturas Regionais
- Integração da Produção
- Livre Circulação de Pessoas
- Integração Financeira e Macroeconómica

16. Como referência de base, o primeiro Índice indica que os resultados médios das CER relativamente à integração regional situa-se em, pelo menos, 50%, com a Comunidade da África Oriental como a CER de maior desempenho ao longo de cada dimensão da integração regional, à excepção da integração Financeira e Macroeconómica. A EAC é seguida pela SADC e a CEDEAO, tendo a SADC pontuações ou resultados acima da média em termos de Infra-estruturas Regionais, a Livre Circulação de Pessoas, e a integração Financeira e Macroeconómica; e a CEDEAO com resultados acima da média sobre a livre Circulação de Pessoas e a Integração financeira e Macroeconómica.

17. Das cinco dimensões, nós somos de longe os melhores em termos de integração do comércio, que tem sido uma prioridade constante em todas as CER,

e a pior em relação à integração financeira e macroeconómica. A pontuação média estão mais próximas no que concerne a infra-estruturas regionais e integração produtiva, e as CER estão agora mais afastadas no que se refere à livre circulação de pessoas, com protocolos assinados, mas com uma execução variada, no terreno.

18. No Índice aparece uma lista dos seguintes países de ponta na integração regional, com 'sólidos e amplos' resultados de integração: Cotê d'Ivoire, Quénia, África do Sul, Togo, Uganda, Botswana, Zâmbia, Uganda, Namíbia, Djibouti, Senegal e Egipto.

19. O Retiro debateu o índice e os progressos da integração, destacando os seguintes aspectos:

- O papel das CER na integração regional. Para a consolidação dos seus papéis como pedras basilares para a unidade continental e assegurar mecanismos eficazes de modo a facilitar os seus contributos para a Agenda continental.

- A analisar os motivos da lenta progressão da integração regional;

- A importância da generalização da integração nos planos de desenvolvimento nacional;

- A monitorização deve centrar-se não apenas na classificação, mas também nos esforços e os progressos alcançados;

- Educar, informar e assegurar a participação popular dos cidadãos no processo de integração e a conexão ao desenvolvimento e a erradicação da pobreza;

- À medida que a integração prossegue, devemos racionalizar as estruturas existentes e consolidar e construir nesta base;

- Considerar outros indicadores ou dimensões nomeadamente o financiamento e investimentos inovadores;

- O Índice deverá ser anual ou bianual, permitir a aprendizagem partindo de experiências de melhores práticas, e incluindo as dos países que deverão estar atrasados no tocante a algumas dimensões;

- Captação de dados da República Saharawi;

- Os Estados-membros devem agir como campeões das diferentes dimensões da integração, adoptando diferentes motores a nível das regiões;

20. O Retiro concordou com a necessidade de um workshop de validação das três instituições, devendo as CER e a Agência NEPAD apresentar o Índice à Cimeira.

Estratégias Inovadoras para a implementação da Agenda 2063 e de projectos Emblemáticos

21. O retiro recebeu apresentações, focalizadas nos diferentes aspectos de inovações para assegurar a implementação da Agenda 2063:

22. **O Professor Calestous Juma** indicou que a Visão de 50 Anos de África, a Agenda 2063, proporciona uma oportunidade de planificação de longo prazo, e o lançamento agora de projectos de longo prazo, assim como a oportunidade para decidirmos qual o segmento demográficos a adoptar:

> Planificação a curto prazo significa que nos encontramos num impasse no sector extractivo e na abordagem extractiva para a planificação, mas é preciso que avancemos para a edificação de economias de aprendizagem, abertos a novas ideias, novas abordagens, aprendermos fazendo e aprendermos um do outro.
>
> A riqueza é produto de investimentos nas pessoas, e com 75% da população africana constituída por jovens e nas instituições educacionais, estamos perante um segmento demográfico a que devemos exercer o nosso impacto, como um ponto de partida importante para a integração da nossa Agenda 2063, que são capazes de impulsionar um novo pensamento e como os donos do futuro.
>
> O continente tem de esforçar-se também para o reforço das suas capacidades científicas, de investigação, tecnológica e de inovação, fazendo uso e expandindo as capacidades das instituições de investigação e universidades.
> A educação é importante para a transformação, os países que educam e capacitam as suas populações, começam já a testemunhar o impacto dentro de uma geração.
>
> O envolvimento da diáspora também requer abordagens inovadoras, tais como incentivando grupos de universidades para a abertura de escritórios internacionais, e envolvendo-as num processo de mudança da estrutura da educação continental e de outros projectos nacionais.
>
> O Professor Juma informou que ele iria dirigir um programa executivo para os Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação.

23. A **Professora Mabel Imbuga** forneceu informações úteis, utilizando as sete aspirações da Agenda 2063, sobre o que é possível na Economia Azul, na gestão de recursos hídricos e agricultura e processamento de produtos agrícolas.

> No tocante à Economia Azul, trata-se de um dos mais importantes recursos renováveis e entretanto, devemos investir mais na biotecnologia marinha e aquática, na expansão dos transportes marítimos pan-africanos com recurso ao modelo de produção da Airbus; promover os transportes marítimos, fluviais e

terrestres e a pesca; a exploração de mineiros no alto mar e outros recursos; e explorar as melhores vias de utilização dos oceanos e mares, para podermos abordar a escassez das nossas águas.

Exemplos inovadores da gestão da água incluindo barragens, bacias hidráulicas, a reciclagem de água ao nível municipal, regadio das culturas, a rega por gotejamento e estufas.

Um conjunto de inovações nos domínios de produtividade Agrícola, Ciência e Tecnologia, o tratamento de perdas pós-colheita, o acréscimo de valores e o desenvolvimento de produtos, outros géneros alimentícios (tais como o camarão Mopani), energias limpas e renováveis e sensibilidade ao género, mecanização a baixo custo.

Acima de tudo, precisamos de uma massa crítica de competências, tais como a Universidade Pan-africana da UA como um projecto emblemático, assim como instituições como a RUFORUM.

24. O Sr. **Sindiso Ngwenya** debruçou-se sobre as principais questões institucionais e de governança que constituem obstáculos à implementação e domesticação, incluindo atitudes de funcionários públicos, a duplicação de estruturas, países que não popularizam as decisões que os mesmos apresentam às CER e a UA, os sistemas jurídicos que continuam a dificultar a ratificação, e a necessidade de racionalização de estruturas e agilização de relatórios em todos os Estados-membros, CER e UA no tocante a indicadores e resultados comuns. Assegurar o princípio de subsidiariedade na implementação da Agenda 2063 da UA e o Programa de Prioridades de 10 Anos.

25. Apropriação, responsabilidade e competência críticas, assim como a transparência e a inclusão no tocante à formação, implementação e monitorização de políticas regionais e continentais, de modo a que nós (presentes) possamos evitar a integração elitista.

26. Nas deliberações do Retiro, foram levantadas as seguintes questões:

- Uma análise ampla proporciona-nos a oportunidade de assumirmos riscos, e retiramos lições de experiências para a mitigação dos riscos;

- Além das competências em material de engenharia, nós também precisamos de um enfoque concertado sobre a TVET, de modo a que possamos construir competências técnicas e artesanais, indispensáveis para a industrialização;

- Estabelecer a ligação entre universidades, instituições e indústrias de investigação, por forma a assegurar a relevância das competências, a comercialização da pesquisa e de outras inovações das universidades;

- Necessidade de reformas curriculares urgentes para contemplar os 75% das instituições académicas, e a necessidade de convocar uma reunião de Vice-reitores de Universidades para debaterem o assunto.

Recomendações da Reunião do 2º Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar, realizada no passado dia 6 de Maio de 2016.

27. O 2º Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar foi reconstituído no Retiro de Mek'ele[2], e aprovado pela 28º Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Janeiro de 2016. O mesmo reuniu-se pela primeira vez à margem do Retiro de Nairobi, no dia 06 de Maio de 2016. A sessão foi presidida pelo Vice-primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia.

28. O Comité recebeu um relatório da Comissão da UA sobre a Implementação das Recomendações do Retiro, desde o 1º Retiro de Bahir Dar e sobre projectos emblemáticos da Agenda 2063. A reunião tomou nota do relatório da Comissão, apreciou o progresso alcançado na implementação das recomendações do retiro e manifestou-se preocupada pelo facto de que os relatórios centram-se nos processos e não no impacto e, por conseguinte, proporciona uma base insuficiente para a avaliação dos progressos, requerendo assim intervenções.

Recomendações

a) **No tocante ao mandato e os termos de Referência do Comité Ministerial de Acompanhamento sobre a Agenda 2063 do Conselho Executivo:** O Comité deverá acompanhar de perto a implementação do Plano de Implementação Decenal e os programas emblemáticos da Agenda 2063, pelos Estados-membros e as CER, ao mesmo tempo que mantem a sua natureza informal para permitir que os debates sejam francos.

   Um Subcomité de Ministros foi instituído para desenvolver os termos de referência do Comité Ministerial, em harmonia com o seu mandato, devendo ser apresentado ao Conselho Executivo na Cimeira de Kigali, em Julho de 2016. Registou o número reduzido de ministros no Retiro de Nairobi, tendo recomendado que o assunto seja abordado na reunião do Conselho Executivo.

b) **Quanto à autonomia e sustentabilidade financeira:** observou que retiro ao nível de Conferência dos Chefes de Estado e de Governo (HOSG) e o de Ministros das Finanças e dos Negócios Estrangeiros sobre Finanças corre o risco de não se realizar antes da próxima Cimeira e, por conseguinte, solicita à Presidente da Comissão no sentido de comunicar aos Estados-membros

[2] A composição do 2º Comité Ministerial de Acompanhamento de Bahir Dar, numa base rotativa, inclui cinco Ministros de Estados-membros representando as regiões (para o período de Janeiro de 2016 a Janeiro de 2017: Argélia, Burkina Faso, Camarões, Namíbia e Ruanda), os Presidentes das CER, o Presidente da Comissão da UA, o Secretário Executivo da UNECA, o Presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, o Director-Executivo da Agência NEPAD e os Secretários Executivos das CER.

para aumentarem voluntariamente as suas contribuições dentro de um prazo a fixar.

c) **No tocante à Domesticação e Popularização dos Projectos Emblemáticos da Agenda 2063:** reforçar e acelerar esse processo, e incentivar a formulação de relatórios nacionais sobre a domesticação. Todos os Estados-membros, os Órgãos e as CER devem assegurar a disseminação da Agenda 2063 no seio dos cidadãos africanos e de todos os sectores. Esses organismos devem compartilhar as estratégias sobre popularização da Agenda 2063 com o Comité de Acompanhamento, apresentando relatórios regulares à Comissão.

A Comissão foi convidada a reforçar os relatórios apresentados, e distribui-los como anexos ao Relatório do Retiro, á título informativo, a todos os Estados- membros.

d) **Relativamente à racionalização das Cimeiras e Actividades da UA:** Toma nota de melhorias como resultado da resolução, contudo é necessário reforçá-las e reportar outros elementos como trabalho em curso.

e) **Reforçar as Posições Comuns Africanas:** A Comissão, os órgãos da UA, os Estados -membros e os Escritórios de representação da UA nas diferentes capitais, deverão respeitar as Decisões da UA e desempenhar um papel mais dinâmico para forjar a unidade de objetivo sobre posições Comuns Africanas. Recomendou que a Comissão apresente contas à reunião do Conselho Executivo sobre a decisão tomada na Cimeira de Sandton sobre o status da UA e das NU.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Outcome of the retreat of the executive council held in Nairobi, Kenya on 6 and 7 2016

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4969

Downloaded from African Union Common Repository